

O BRASIL E O PARAGUAI NO IMPASSE DIPLOMÁTICO FRONTEIRIÇO CEM ANOS APÓS A GUERRA DA TRIPLICE ALIANÇA**

BARROS, Luiz Eduardo Pinto^{**}

Introdução

As relações diplomáticas entre Brasil e Paraguai foram reaproximadas no século XX durante a década de 1930 no governo de Getúlio Vargas. A partir da década de 1940 vários acordos foram assinadas entre ambas as nações. As Missões Militar e Cultural Brasileiras em solo paraguaio fizeram partes destes acordos. Durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960), o Brasil buscou ampliar o seu papel de liderança na América do Sul ampliando suas relações com o Paraguai. Já em 1965, foi inaugurada a Ponte da Amizade, que liga a cidade de Foz do Iguaçu no Paraná a Ciudad Del Leste (antigamente Puerto Stroessner). Mas ainda naquele ano um impasse diplomático foi iniciado com a ocupação militar brasileira na região de Sete Quedas, a três quilômetros da fronteira paraguaia e que até então não havia sido demarcada. Este artigo trata das relações diplomáticas entre Brasil e Paraguai na década de 1960 a partir do momento em que forças militares brasileiras ocuparam a região de Sete Quedas em junho de 1965.

Ao longo deste artigo apresentamos os resultados coletados sobre esse conflito diplomático entre Brasil e Paraguai que teve enorme repercussão no país guarani e era de grande interesse para o governo brasileiro. As negociações para solucionar o impasse culminaram com a Ata do Iguaçu em 1966 e deu impulso ao projeto de construção da hidrelétrica binacional de Itaipu, inaugurada em 1982. Através de documentos coletados no Centro de Documentação do Itamarati em Brasília, de fontes bibliográficas e da imprensa, analisamos a ocupação militar da região de Sete Quedas pelo Brasil e seu desfecho diplomático.

^{**} Trabalho vinculado ao projeto “Movimentos políticos na fronteira Paraguai-Brasil: a guerrilha da Frente Unida de Libertação Nacional/ FULNA” sob coordenação da Prof^a Dr^a Ceres Moraes.

^{**} Acadêmico do Curso de Mestrado em História/FCH da UFGD. E-mail: luizeduardopb@hotmail.com

O conflito diplomático

O problema fronteiro entre Brasil e Paraguai começou logo depois do fim da Guerra da Tríplice Aliança, no ano de 1872. Naquele ano foi assinado o Tratado de Paz e Limites entre Brasil e Paraguai. Uma Comissão de brasileiros e paraguaios foi formada para fazer a demarcação da fronteira entre os anos de 1872 e 1874. Passados cinco décadas os brasileiros alegaram que quando a Comissão Mista realizou os seus trabalhos o governo da Argentina ocupava a área e a Bolívia também reivindicava seus direitos sobre a região¹. Por isso em maio de 1927, no Rio de Janeiro, fora assinado o Tratado Complementar de Limites que visava delimitar parte da fronteira entre os dois países entre o estuário do rio Apa e da Bahia Negra. Três anos depois, fora firmado um novo tratado no intuito de concluir as demarcações que não foram feitas na década de 1870, como o caso da região das Sete Quedas onde o governo do Paraguai apresentava dúvidas. Essas alegações demonstram que para o Brasil não havia dúvidas quanto seu direito sobre aquela região. Tanto que na década de 1960, o presidente do Brasil Juscelino Kubitschek iniciara estudos para aproveitamento do potencial energético de Sete Quedas que foram continuados no governo de Jânio Quadros.

O Ministro das Minas e Energias na Administração Jânio Quadros, João Agripino, criou uma comissão em 31 de maio de 1961 para um reestudo da área de Sete Quedas e o seu potencial para que o governo tivesse bases técnicas necessárias para desenvolver o projeto. A resposta da comissão veio em julho do mesmo ano, dizendo que era necessário um profundo estudo técnico do assunto. Mais tarde isto foi feito por técnicos japoneses da Overseas Electrical Industry Survey Institute que calculou o custo de kilowatt em CR\$ 1,24, o mais baixo do mundo, justamente por causa das cataratas de Sete Quedas.²

Na administração de João Goulart, o projeto teve seqüência com a apresentação de um projeto viável para o uso da força de Sete Quedas. “Ele desviaria parte das águas do Rio Paraná para um canal à esquerda, em território brasileiro, até uma região chamada

¹ MENEZES, 1987, P.71.

² MENEZES, 1987, p.73.

Porto Mendes. Essa Usina de Sete Quedas seria a maior hidrelétrica do mundo, totalmente brasileira”.³

O Brasil desenvolvia suas pesquisas sobre o potencial energético de Sete Quedas quase em segredo com certo contato da imprensa nacional sem mencionar nada ao país vizinho. Mas em certo momento, esta despertou o olhar dos paraguaios, especialmente após a publicação de um artigo sobre Sete Quedas e os estudos para usar seus recursos, como fonte de energia elétrica pelo Jornal do Brasil em 13 de fevereiro de 1962. Pouco tempo depois o Paraguai enviou nota ao governo brasileiro na qual procurava “demonstrar que Sete Quedas, principalmente o mais importante dos seus saltos, o quinto, não estava demarcado e que o Brasil, por consequência, não tinha o direito de explorar nada nas cataratas porque elas não eram propriedade brasileira”.⁴

As relações entre ambos os países começava a ter uma troca de notas sobre aquela região de Sete Quedas que seduzia os olhares do mundo inteiro pelo seu potencial hidrelétrico. A Argentina também fazia estudos sobre a região, mas a passos bem mais lentos do que o Brasil. Em 19 de Janeiro de 1964, o então presidente João Goulart salientou: “Tenho a maior satisfação em anunciar que, com a colaboração do Paraguai, construiremos a maior usina hidrelétrica do mundo”.⁵ Goulart disse que deixou bem claro ao presidente do Paraguai o respeito à soberania do mesmo. E acrescentou: “Estou convencido de que não haverá nenhuma dificuldade e que dentro de um futuro próximo, com a colaboração do Paraguai, teremos construído a maior usina hidrelétrica do mundo”. De fato, Goulart estava certo de que o Brasil iria construir com o Paraguai a maior usina hidrelétrica do mundo, mas não imaginava a dificuldade para a realização deste feito, isto porque uma disputa diplomática entre os dois países se iniciaria dezoito meses depois.

Em março de 1965, o auge das relações entre Brasil e Paraguai aconteceu com a inauguração da Ponte da Amizade que liga ambos os países. Era um grande momento

³ Entrevista concedida ao site *Estadão.com*, pela historiadora e professora da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Ivone Carletto Lima. Disponível em *Estadão.com* <http://www.estadao.com.br/suplementos/not_sup163571.0.htm> acesso em março de 2009.

⁴ MENEZES, 1987, p 73 e 74.

⁵ Essa frase surgiu depois do encontro deste com Stroessner, então presidente paraguaio na Fazenda Três Marias em Mato Grosso, segundo noticiado no Jornal Última Hora de 21 de janeiro de 1964. Ainda na mesma edição, João Goulart afirmava que a reunião com o presidente paraguaio foi promissora e que curiosamente antes da mesma desconhecia o motivo da visita de Stroessner ao Brasil devido ao fato de ser informal a sua chegada.

diplomático. Mas estas relações amistosas sofreriam um período de tensão. Isto porque o governo brasileiro tomou uma atitude militar que criou um desentendimento na relação entre os dois países. Em junho daquele mesmo ano, um pequeno número de soldados brasileiros pertencentes a 5ª Companhia de Fronteira, sediada na cidade de Guairá, no Estado do Paraná, ocupou Porto Coronel Renato, uma pequena faixa de terra próxima a Sete Quedas, a três quilômetros da fronteira com o Paraguai.

A atitude brasileira, assim me parece, foi um erro diplomático que inflamou o nacionalismo paraguaio e quase provocou a morte daquele esforço diplomático no Paraguai e no Brasil quando tentava aproximar mais um país ao outro. É muito difícil, sem todas as fontes de informação, saber por que o Brasil, mantendo boa relação com o Paraguai, supostamente melhor depois que os militares assumiram o poder, decidiu ocupar justamente aquela faixa de terra em disputa.⁶

A ocupação militar brasileira inflou o orgulho do povo paraguaio e deixou grandes desafios ao governo de Stroessner. A imprensa paraguaia, que freqüentemente relatava com desconfiança os estudos técnicos sobre Sete Quedas, contribuiu para espalhar o sentimento de indignação da população paraguaia em relação à ocupação militar brasileira.⁷

Stroessner se viu em uma situação de pressão. Para o presidente paraguaio, era um momento delicado tendo em vista que justamente o Brasil, um aliado político de seu governo e que contribuía para sua manutenção, causava um transtorno na imagem de sua administração. A Federação Universitária do Paraguai e a Federação dos Estudantes Secundários em pronunciamentos diferentes exigiam a retirada imediata das tropas brasileiras.

Em reação a ocupação brasileira em, Sete Quedas a manobra dos quadros das Forças Armadas do Paraguai que eram tradicionalmente projetados por membros da Missão Militar Brasileira da Instrução não foram totalmente projetados por brasileiros naquele ano e sim em grande parte pelos paraguaios, ficando aqueles como assessores⁸.

Os maiores partidos de oposição paraguaios, sendo eles o Liberal e o Democrático Cristão, que eram mais próximos dos argentinos, viram aquele momento para

⁶ MENEZES, 1987, p 76 e 77.

⁷ AMARAL E SILVA 2006, P. 74.

⁸ Jornal Última Hora de 22 de novembro de 1965

acusar a administração de Stroessner de conivente com o Brasil. A imprensa de oposição, em Assunção, criticava severamente o governo paraguaio, acusando-o de inoperante no incidente fronteiriço. Os parlamentares oposicionistas e seus partidos, as organizações estudantis e operárias, assim como os veteranos da guerra do Chaco, emitiram comunicados repudiando a atitude brasileira de ocupar uma fração de terreno nos *Salto Del Guairá*.⁹ Mas ao que tudo indica, o que parecia ser um desgaste que prejudicasse o governo de Stroessner dando mais força para a oposição, se tornou benéfico para o mesmo. Toda a população em diversos setores estava praticamente unida em torno daquela questão diplomática.

Em novembro de 1965, o General Golbery de Couto e Silva foi enviado a Assunção, como representante do presidente brasileiro Castelo Branco para se encontrar com Stroessner. Um artigo de jornal Última Hora fez um questionamento pedindo que o governo brasileiro levasse a público o que de fato estava acontecendo nas relações diplomáticas do Brasil com o Paraguai. Até aquele momento as repercussões sobre a região de Sete Quedas se manifestaram mais no Paraguai do que no Brasil. O mesmo artigo mencionava que os jornais paraguaios chamavam o povo em armas contra o Brasil pedindo de imediato a expulsão dos militares brasileiros do solo paraguaio. Um correspondente dos “Diários Associados”, não mencionado o seu nome no artigo, deu conta da indisfarçável tensão na fronteira, onde tropas brasileiras estavam acampadas a três quilômetros da divisa paraguaia. O mesmo conhecia detalhes de um incidente em que quatro representantes paraguaios, inclusive o Vice-Ministro das Relações Exteriores, ficaram detidos durante várias horas no acampamento brasileiro. A situação estava tão tensa na fronteira que uma canhoneira paraguaia teria sido localizada no rio Paraná, determinando medidas de segurança e rádios secretos para o Ministério de Guerra. O artigo também mencionou que Stroessner recebera a visita do então Secretário de Estado Norte Americano, Dean Rusk, depois de um encontro da OEA (Organização dos Estados Americanos) no Rio de Janeiro, dois dias antes da chegada de Golbery de Couto e Silva a Assunção, o que pode ter fortalecido no aspecto político a posição do Paraguai no conflito fronteiriço com o Brasil.¹⁰

⁹ Jornal Última Hora do dia 26 de novembro de 1965.

¹⁰ Jornal Última Hora de 25 de novembro de 1965.

Os jornais paraguaios noticiavam com imenso destaque a visita feita pelo secretário estadunidense.¹¹

Mas ao que tudo indica, a visita do General Golbery de Couto e Silva, não agradou aos paraguaios. Este tinha em seus ideais a supremacia do Brasil sobre o continente sul-americano e no Atlântico Sul.¹² O general defendia claramente o alinhamento do Brasil com os Estados Unidos no contexto da Guerra Fria. Este acreditava que como maior aliado dos Estados Unidos, o Brasil deveria manter o domínio da região contra o comunismo do Oriente e ser um “satélite privilegiado” dos norte-americanos. Ele afirmava que o Brasil tinha o ímpeto de estar no controle dos estados-vassalos do continente e no patrulhamento do Atlântico Sul, como parte da estratégia na defesa do “expansionismo soviético”.¹³ As negociações do General brasileiro com o governo paraguaio não resultaram em grandes avanços e acirrou a disputa diplomática.

A missão de Golbery, assim parece, irritou os paraguaios ainda mais. Golbery se encontrou com Stroessner várias vezes; encontrou-se também com o Conselho de Ministros, bem como o grupo de Conselho sobre Fronteiras e tudo indica que ele não conseguiu nada. A proposta de Golbery foi para que ambos países explorassem juntos o potencial energético de Sete Quedas e que o Paraguai aceitasse sem discussão, a posse dos direitos brasileiros sobre Sete Quedas.¹⁴

Em 01 de dezembro de 1965 o Itamaraty informou oficialmente, que o Brasil aceitava um tribunal arbitral para decidir sua questão da fronteira com o Paraguai. Esse seria escolhido de comum acordo entre os dois países, esperando apenas a resposta do Paraguai à sugestão do Brasil. Mas cinco dias antes, segundo o Jornal Última Hora o destacamento brasileiro do Porto Renato, que ocupou o território em litígio, foi reforçado por um batalhão de pára-quedistas e quatro aviões em combate¹⁵. Ao que parecia, as relações diplomáticas tendiam a piorar entre ambos os países. Vinte dias mais tarde, Sapeñá Pastor, Chanceler paraguaio, enviava uma nota ao governo brasileiro que refutava qualquer direito do Brasil sobre Sete Quedas¹⁶.

¹¹ Ofício nº430. (22) (43) de 26 de novembro de 1965. Da Embaixada Brasileira em Assunção para a Secretaria de Estado de Relações Exteriores. Centro de Documentação do Itamarati. Brasília.

¹² Leonel Itaussu Almeida de Melo, em sua dissertação de mestrado intitulada *A geopolítica do Brasil e a Bacia do Prata* de 1987, fez uma análise de um trabalho de Golbery de Couto e Silva no livro *Geopolítica do Brasil* de 1967.

¹³ MELO, 1987, p.134.

¹⁴ MENEZES, 1987, p.81.

¹⁵ Jornal Última Hora de 01 de dezembro de 1965

¹⁶ MENEZES 1987, p.81.

Depois da publicação da nota paraguaia, o Itamaraty começou a estudar uma forma melhor de responder aquele protesto. Em 16 de janeiro de 1966, o embaixador brasileiro no Paraguai, Souza Gomes, declarou que o governo do Brasil, em nota a ser divulgada alguns dias depois, responderia a última nota diplomática dos paraguaios e daria seu ponto de vista em relação ao problema fronteiriço entre os dois países.¹⁷ Mas a resposta àquela nota paraguaia começava a chamar a atenção também no Brasil sobre o que de fato estava acontecendo nas relações entre ambos os países.

Carlos Lacerda, já em sua luta pessoal com a administração Castelo Branco, perguntou em um artigo, “afinal qual é o problema com o Paraguai?”. Os brasileiros, disse ele, têm o direito de saber mais sobre o assunto. Quem deu o direito, disse Lacerda à sua maneira, ao Chanceler Juracy Magalhães o direito “para declarar a segunda guerra contra o Paraguai?”.¹⁸

A situação estava cada vez mais tensa. No Paraguai, o diário “La Libertad” criticou energicamente a atitude do Brasil com a questão de Sete Quedas. Sugeriu a retirada da embaixada brasileira e da Missão Militar Brasileira de Instrução do Paraguai. O diário acusava o exército brasileiro de atuar com brutal arrogância em território paraguaio e que tudo era um plano do Itamaraty para “despojar o Paraguai dos seus legítimos direitos na Zona dos Saltos”. E também dizia que as notas que o Paraguai enviava ao Itamaraty eram arquivadas por este “com desprezo”.¹⁹

Dois meses depois, o presidente brasileiro estava pronto para levar o assunto do impasse diplomático para o Conselho de Segurança Nacional. A preparação do texto do Itamaraty era detalhado e feito com muita cautela. Juracy Magalhães, ministro das relações exteriores do Brasil, dizia à imprensa que a nota de resposta ao Paraguai era extensa e que definia “a posição brasileira no caso”. A resposta à nota paraguaia dizia que não haviam motivos para os mesmos reclamarem sobre a região de Sete Quedas “uma vez que a fronteira entre os dois países ficou integralmente definida nos Tratados de 1872 e 1927, e perfeitamente demarcada”. O documento brasileiro não aceitava as acusações do governo paraguaio “quando procura justificar a invalidez da demarcação de 1872/1874, por

¹⁷ Jornal Última Hora.

¹⁸ MENEZES, 1987, p.83.

¹⁹ Jornal Última Hora de 16 de fevereiro de 1966

insuficiente”. A nota segue apontando que “a demarcação foi executada rigorosamente de acordo com o disposto dos artigos I, II, III e IV daquele Tratado, reconhecida pelo governo paraguaio” ao firmar o Tratado Complementar de Limites e o Protocolo de Instruções para a Demarcação e Caracterização da Fronteira Brasil-Paraguai, de 09 de maio de 1930²⁰.

No Paraguai, por sua vez, a oposição continuava a criticar Stroessner e acusar o Brasil de ocupação do território brasileiro. Num encontro em Caracas durante o mês de março, o então presidente do Partido Demócrata Cristão do Paraguai, Jerônimo Trala Burgos, denunciou que o exército brasileiro “ocupou militarmente” a região de Sete Quedas conclamando todos os partidos políticos paraguaios a defenderem “os direitos de seu país sobre os Saltos, que encerram o maior potencial energético das Américas”.²¹

O mês seguinte (abril de 1966) foi um dos mais tensos nas relações entre Brasil e Paraguai naquele período. No dia primeiro Stroessner fez um discurso no Congresso paraguaio no qual afirmou que as relações com o país vizinho haviam sido “gravemente alteradas” em consequência do litígio fronteiriço. Disse que o governo do Paraguai estava disposto a se submeter à questão da arbitragem de qualquer organismo internacional. Mencionou o encontro com o ex-presidente brasileiro João Goulart, em janeiro de 1964, no qual ficara decidido que a questão da região de Sete Quedas deveria ser resolvido por meios jurídicos.²² Esse discurso do presidente paraguaio mostrava claramente que a situação não estava nada favorável ao Brasil, em relação a sua soberania na região em litígio. No dia 06, o governo do Brasil declarou que não iria recuar ante o Paraguai. O chanceler brasileiro, Juracy Magalhães, disse que os direitos do Brasil eram “indiscutíveis” e que estava disposto a explicar os pontos de vista do governo brasileiro sobre a questão da região de Sete Quedas para os paraguaios. Juracy afirmava que a nota enviada pelos paraguaios ao Itamaraty em dezembro de 1965 era “agressiva” e seus argumentos “irresponsáveis”. Defendia que a região em litígio estava definida e não aceitava interpretar que havia demarcações pendentes entre ambas as nações. Afirmou que “duvidas, insultos ou pendências estéreis nada trazem de bom, pois problemas como esse não estão sujeitos a sentimentos de temor e compaixão”. O chanceler brasileiro ainda ressaltou que brasileiros e

²⁰ Jornal Última Hora do dia 26 de março de 1966

²¹ Jornal Última Hora do dia 26 de abril de 1966

²² Jornal Última Hora do dia 02 de abril de 1966

paraguaios deveriam unir forças, numa colaboração mútua de desenvolver o aproveitamento integral dos recursos hidráulicos e energéticos do rio Paraná.²³ Mais tarde foi a vez do chanceler paraguaio, Sapeña Pastor, criticar Juracy Magalhães por suas declarações.

No dia 19 de abril, fontes do Itamaraty diziam não acreditar que o Paraguai viesse a retirar de seu território as missões brasileiras, “pois o mais prejudicado com a iniciativa seria, o próprio Paraguai”.²⁴ No dia seguinte a imprensa brasileira noticiava a visita que o secretário geral do Itamaraty, Pio Correa fizera aos Estados Unidos, para tratar da questão de Sete Quedas com o governo norte americano. De acordo com o *jornal Ultima Hora*, Pio Correa afirmou que os Estados Unidos estavam preocupados com o impasse diplomático entre Brasil e Paraguai e que informara àquele governo que a atitude brasileira no caso não era uma “intransigência” e que o motivo da ocupação militar era de “resguardar fronteiras delimitadas e para oferecer aos paraguaios um amplo e fraternal acesso às riquezas das regiões fronteiriças”.²⁵ Dessa forma o Brasil buscava apoio da nação que mantinha hegemonia sobre a América Latina, para sua posição na disputa com o Paraguai.

O conflito sobre Sete Quedas repercutiu em outros países sul-americanos despertando receios com relação ao comportamento que o Brasil teria em suas questões de fronteira. O jornal “República” de Caracas na Venezuela, já no mês de junho de 1966, analisou as dificuldades fronteiriças que a Guiana (recém independente da Inglaterra) teria com o Brasil, devido ao fato daquela não ter suas fronteiras delimitadas e a política de delimitações fronteiriças dos brasileiros ser de ocupar militarmente territórios e depois enviar notas diplomáticas como no caso com o Paraguai²⁶. À Argentina também preocupava o problema em Sete Quedas, pois compartilhava das águas da Bacia do Prata e

²³ Jornal Ultima Hora do dia 07 de abril de 1966.

²⁴ Jornal Ultima Hora do dia 19 de abril de 1966

²⁵ Jornal Ultima Hora do dia 20 de abril de 1966

²⁶ Ofício nº 395/601. (611) de 10 de junho de 1966. Da Embaixada Brasileira em Assunção para a Secretaria de Estado de Relações Exteriores. Centro de Documentação do Itamarati. Brasília.

tinha grandes interesses estratégicos no continente. Talvez por isso convocou um encontro de chanceleres dos países do Prata no qual seriam discutidos os problemas comuns e o uso dos recursos naturais compartilhados.

A Argentina defendia que qualquer ribeirão deveria ser consultado sobre toda e qualquer exploração econômica nos rios da bacia, independentemente da altura de sua localização. O argumento básico evocado era que todas as obras poderiam causar dano – portanto prejuízo- a toda Bacia do Prata.²⁷

É muito provável que aquele encontro de chanceleres convocado pela Argentina, acelerou o processo de negociação sobre Sete Quedas entre Brasil e Paraguai, tendo em vista que ambas as nações tinham questões políticas e econômicas em comum. O Paraguai tentava há muito tempo diminuir a influência dos argentinos em seu território e olhava para o Brasil como um novo parceiro diplomático tendo em vista as ações executadas entre ambos nas décadas anteriores. Para o Brasil, o conflito com o Paraguai poderia levar seu país vizinho a reanimar uma antiga aliança com a Argentina, sendo que esta, no jogo diplomático do continente, era uma adversária que estrategicamente disputava a liderança sul-americana com o Brasil.

Naquele mesmo mês as relações diplomáticas entre Brasil e Paraguai começavam a se conciliar. Juracy Magalhães se encontrou com o chanceler paraguaio, Sapeña Pastor no hotel das Cataratas em Foz do Iguaçu. O despacho recebido pelo Itamaraty dizia que o ambiente na delegação brasileira era de “inteira confiança e o Ministro do Exterior está certo de que a boa vontade do Brasil aliada ao desejo do Paraguai de conversações contribuirá para o andamento das negociações diretas entre os dois países”.²⁸ Naquele mesmo dia, as delegações dos dois países vieram a se encontrar em Porto Presidente Stroessner, no hotel Acari.

Deste encontro, que quase fracassara devido Sapeña Pastor insistir no problema das fronteiras tendo, inclusive, Juracy Magalhães distribuído nota aos jornalistas dando-a por dissolvida²⁹. Porém o encontro resultou a Ata de Iguaçu assinada pelo Brasil e Paraguai. Por esta Ata ficava estabelecido que os dois países desenvolveriam estudos para aproveitar os recursos hídricos do Salto Grande de Sete Quedas ou Salto de Guairá. No encontro também ficou definido

²⁷ AMARAL E SILVA, 2006, p.76.

²⁸ Jornal Última Hora do dia 22 de junho de 1966.

²⁹ Diante da atitude do chanceler brasileiro Sapeña Pastor consultou Stroessner que lhe informou que esperava um acordo brasileiro em relação às águas. FILHO, 1975, p.446

que os dois países viessem a participar na Reunião de Chanceleres dos Estados Ribeirinhos da Bacia do Prata em Buenos Aires. A Ata também determinou a retirada das tropas militares que ocuparam Porto Coronel Renato.³⁰ Contudo o chanceler paraguaio Sapeña Pastor entregou a Juracy Magalhães, chanceler brasileiro um memorando no qual reafirmava a posição paraguaia sobre a região de Porto Coronel Renato, assinalando, entretanto, que a decisão brasileira representava “uma efetiva contribuição para facilitar os trabalhos da Comissão Mista”.³¹ Foi determinado que uma Comissão Mista seria formada e Sapeña Pastor assinalou que a decisão brasileira de retirar as tropas representava “uma efetiva contribuição para facilitar os trabalhos da Comissão Mista”. Em seguida, Juracy Magalhães saudou o chanceler paraguaio dizendo que aquela reunião não teve como pretensão resolver todos os problemas pendentes entre os dois países, mas afirmou que teve a “consciência” de que a assinatura da Ata foi um progresso sensível nas relações entre os países vizinhos.

Conclusões

O governo do Brasil dedicou grande parte de seus esforços nas relações com o Paraguai, sendo o impasse diplomático sobre a região fronteiriça, quase uma exceção no período, devido a posição estratégica do país guarani na bacia do Prata, para os interesses brasileiros de estabelecimento de liderança no continente sul-americano.

A questão em torno de Sete Quedas envolveu questões políticas e econômicas, tendo em vista que antes da ocupação militar brasileira, já haviam sido iniciadas as negociações entre ambos os países para aproveitar os recursos hídricos da região. A preocupação dos Estados Unidos no caso demonstra que as ações diplomáticas do Brasil, sendo este seu maior aliado no continente e desenvolvendo estratégias de liderança regional, eram essenciais para o domínio estadunidense na América do Sul naquele contexto histórico da década de 1960. Período este, em que Estados Unidos e União Soviética disputavam a hegemonia sobre o mundo.

³⁰ Na Edição do dia 24 de junho de 1966, o Jornal Última Hora destacou que *Sete Quedas já não é mais problema na fronteira*.

³¹ Ofício nº453/930 (42)(43) do dia 22 de junho de 1966. Da Embaixada Brasileira em Assunção para a Secretaria de Estado de Relações Exteriores. Centro de Documentação do Itamarati. Brasília.

O impasse sobre Sete Quedas foi um caso isolado marcante nas relações de Brasil e Paraguai durante o século XX. Os desfechos das negociações resultaram no acordo para a construção de uma usina hidrelétrica que sete anos depois seria inaugurada, Itaipu. Este é o maior tratado político e econômico na história da diplomacia entre Brasil e Paraguai.

Referências:

AMARAL E SILVA, Ronaldo Alexandre do. *Brasil-Paraguai: Marcos da política pragmática na reaproximação bilateral, 1954-1973. Um estudo sobre o papel de Stroessner e a importância de Itaipu*. Dissertação (mestrado em Relações Internacionais). Brasília. IREL/UNB, 2006.

FILHO, Luís Viana. *O governo Castelo Branco*. Rio de Janeiro. Ed: José Olimpio, 1975. Pg 445

MELO, Leonel Itaussu Almeida. *A Geopolítica do Brasil e a Bacia do Prata*. Dissertação (mestrado em sociologia política). São Paulo. PUC/SP, 1987.

MENEZES, Alfredo de Mota. *A herança de Stroessner: Brasil-Paraguai 1955-1980*. Campinas: Papirus, 1987.

MORAES, Ceres. *As Políticas Externas do Brasil e da Argentina: O Paraguai em Jogo (1939-1954)*. Tese de Doutorado. Porto Alegre: PUCRS, 2003.

MORAES, Ceres. *Paraguai: a consolidação da ditadura de Stroessner (1954-1963)*. Porto Alegre, RS: EDIPUCRS, 2000.

ESTADÃO.COM Ivonne Carleto Lima *o verdadeiro preço de Itaipu*. Disponível em < http://www.estadao.com.br/suplementos/not_sup163571,0.htm > visitado em março de 2009

ULTIMA HORA. Rio de Janeiro, [1965/1966] disponível em <http://www.arquivoestado.sp.gov.br> Visitado em março de 2009>

Centro de Documentação do Itamarati. Brasília/Brasil.

